



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Zé Vitor (PL/MG)

REQUERIMENTO

(Do Sr. Zé Vitor)

Requer a prejudicialidade de proposições relacionadas à covid-19 em tramitação na Comissão de Saúde.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero, consultado o Plenário da Comissão, a declaração de prejudicialidade de proposições relacionadas à covid-19 atualmente em tramitação na Comissão de Saúde, nos termos do levantamento elaborado pela Consultoria Legislativa desta Casa (em anexo), que aponta propostas com perda de objeto e oportunidade, em face do término da pandemia e das medidas já implementadas.

Sala da Comissão, em 5 de junho de 2023.

Deputado **ZÉ VITOR**
(PL/MG)





**PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO
NA COMISSÃO DE SAÚDE DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS CONSIDERADOS
PREJUDICADOS PELA PERDA DE
OPORTUNIDADE EM RAZÃO DO FIM DA
EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE
IMPORTÂNCIA NACIONAL**

Eduardo Nozaki
Cano Consultor Legislativo
da Área XVI Saúde Pública
e Sanitarismo

ESTUD

**MAIO DE
2023**



O conteúdo deste trabalho não representa a posição da
Consultoria Legislativa, tampouco da Câmara dos
Deputados, sendo de exclusiva responsabilidade de seu
autor

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238555242800>



© 2023 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus(suas) autores(as), não representando a posição da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal do(a) consultor(a).

Eduardo Nozaki Cano

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seu autor.

Saiba mais sobre a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados e conheça outros estudos em: www.camara.leg.br/conle

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238555242800>



RESUMO EXECUTIVO

Trata-se de estudo solicitado pelo Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Zé Vitor (PL/MG), com o objetivo específico de identificar proposições relacionadas à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da epidemia de COVID-19, ainda em tramitação na Comissão de Saúde, com perda de objeto, dado o atual estágio da pandemia e as medidas já implementadas, com o objetivo de propor a prejudicialidade, nos termos do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	METODOLOGIA.....	5
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	7



1 INTRODUÇÃO

Foi solicitado à esta Consultoria Legislativa a elaboração de Estudo para identificação das proposições ainda em tramitação na Comissão de Saúde, relacionadas à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da epidemia de COVID-19, com perda de objeto, dado o atual estágio da pandemia e as medidas já implementadas, com o objetivo de propor a prejudicialidade, nos termos do artigo 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

2 METODOLOGIA

Foi solicitada ao Centro de Documentação e Informação (Cedi) o levantamento de todas as proposições em tramitação na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, utilizando as palavras-chave: "Pandemia", "Epidemia", "COVID", "SARS" e "ESPIN".

A pesquisa apresentou 428 resultados.

Foram selecionados (Anexo) para declaração de prejudicialidade, por perda de objeto ou de oportunidade, os projetos de lei relacionadas a:

a) Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

b) Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021, que "Dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021; e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991".

c) Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;



d) Auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e



estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020”; ressaltando que em tese proposições tratando exclusivamente do auxílio emergencial a princípio não se encontram dentro da área temática da CSAÚDE;

e) Emergência em Saúde Pública de Importância NACIONAL (ESPIN), encerrada pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022;

f) Emergência em Saúde Pública de Importância INTERNACIONAL (ESPII), encerrada pela Organização Mundial da Saúde em 05 de maio de 2023;

g) Situações específicas e pontuais ocorridas durante a relacionadas à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da epidemia de COVID-19, como por exemplo, ordem de prioridade para recebimento da vacina contra COVID-19, necessidade de apresentação de atestado de vacinação para frequentar determinados locais, distribuição de máscaras para toda a população, dentre outras.

Foram mantidas as proposições que:

a) fazem menção genericamente à ocorrência de epidemias ou pandemias, decretação de calamidade pública ou de emergência em saúde pública, sem especificar a pandemia de COVID-19; de forma a prosseguir o debate sobre uma legislação futuras situações de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional;

b) reconhecimento de insalubridade ou periculosidade, ou equiparação do contágio de COVID-19 à doença ocupacional para os profissionais que trabalharam durante a pandemia de COVID-19,



em razão de eventuais efeitos futuros de natureza trabalhista e previdenciária.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram encontrados, além daqueles que tratam do auxílio emergencial, supramencionados, dois projetos de lei em tramitação que não se relacionam à pandemia de COVID-19 e, salvo melhor juízo, não possuem relação temática com a CSAÚDE:

1. PL 4086/2020 - Altera a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências, para ampliar as condições de superação da vulnerabilidade econômica (Mais Bolsa Família).

2. PL 52/2021 - Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais.

2023-3285



Anexo

Tabela I – Proposições em tramitação na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados considerados prejudicados pela perda de oportunidade em razão do fim da emergência de saúde pública de importância nacional

Proposição	Ementa	Autor	Situação na CD
PL 1990/2020	Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho; a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 que dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis da União, autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 que dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige a reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências; Altera a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União dá outras providências para dispor sobre os critérios de concessão do adicional de periculosidade aos empregados e servidores públicos que atuem diretamente no controle, prevenção e atendimento ao coronavírus – COVID-19 e dá outras providências.	Rejane Dias (PT-PI)	Apensado ao PL 744/2020
PL 2278/2020	Inclui o art. 923 à Consolidação das Leis do Trabalho, para conceder adicional de insalubridade para os trabalhadores das drogarias e das farmácias, durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.	Léo Moraes (PODE-RO)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2279/2020	Institui a Gratificação Extraordinária por Atividade de Risco destinada aos profissionais na área da saúde durante a emergência de saúde pública decorrente da doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19).	Léo Moraes (PODE-RO)	Apensado ao PL 744/2020
PL 2360/2020	Dispõe sobre o pagamento do adicional de insalubridade no grau máximo de 40% aos profissionais de saúde e dá outras providências	Marina Santos (SOLIDARI-PI)	Apensado ao PL 744/2020
PL 2597/2020	Dispõe sobre remuneração de adicional de insalubridade para os membros dos órgãos integrantes do sistema de segurança pública, previstos no Artigo 144 da Constituição Federal e da outras providencias	Marreca Filho (PATRIOTA-MA)	Apensado ao PL 744/2020
PL 2692/2020	Fixa em 100% o adicional de insalubridade dos profissionais da saúde que atuam no enfrentamento ao COVID-19, na rede pública e na rede privada.	Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ)	Apensado ao PL 744/2020
PL 2697/2020	Dispõe sobre a isenção de responsabilidade aos profissionais de saúde que tiveram que tomar decisões rápidas e difíceis diretamente relacionadas à crise da covid-19,	Dr. Zacharias Calil (DEM-GO)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator

Eduardo Nozaki Cano

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seu autor.

Saiba mais sobre a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados e conheça outros estudos em: www.camara.leg.br/conle

PL 2767/2020	Dispõe sobre o pagamento do adicional de insalubridade no percentual de 30% ao profissional de saúde que esteja atuando no combate à Covid-19.	Gildenemyr (PL - MA)	Apensado ao PL 744/2020
PL 2954/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para conceder adicional de insalubridade extraordinário aos empregados de estabelecimentos de saúde, de instituições de longa permanência para idosos e de cemitérios, no período do estado de emergência pública causada pelo coronavírus (covid-19).	Norma Ayub (DEM -ES)	Apensado ao PL 744/2020
PL 3735/2020	Dispõe sobre a proibição da cobrança de juros e multas sobre dívidas referentes aos serviços públicos essenciais de fornecimento de energia elétrica, cadastrados na tarifa social e contraídas no período de calamidade pública e dá outras providências.	Eduardo Costa (PTB -PA)	Apensado ao PL 729/2020
PL 4131/2020	Dispõe sobre o pagamento do adicional de insalubridade no percentual de 40% aos profissionais que desempenham serviço da limpeza hospitalares e garis coletores de lixo hospitalares e domiciliares.	Delegado Waldir (PSL -GO)	Apensado ao PL 2278/2020

Eduardo Nozaki Cano

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seu autor.

Saiba mais sobre a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados e conheça outros estudos em: www.camara.leg.br/conle

PL 4208/2020	Dispõe sobre o pagamento do adicional de insalubridade no percentual de 40% a todo trabalhador da saúde cujas instituições em que trabalham estejam vinculadas ao atendimento de pacientes infectados pelo COVID-19 (Coronavírus).	Pedro Uczai (PT -SC)	Apensado ao PL 744/2020
PL 3026/2021	Garante os direitos constitucionais de liberdade àqueles que se abstenham de participar das campanhas de vacinação contra a Covid-19 ou qualquer de suas variantes.	Chris Tonietto (PSL -RJ)	Apensado ao PL 4966/2020
PL 3942/2021	Reconhece, em todo o território nacional, a vacinação contra a COVID-19 que tenha sido aplicada no exterior.	Daniel Almeida (PCdoB -BA)	CSAUDE - Aguardando Parecer
PL 4380/2021	Altera a Lei nº 6259, de 30 de outubro de 1975 que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências, para vedar a exigência de comprovante de vacinação em estabelecimentos privados em território nacional.	Eduardo Bolsonaro (PSL -SP)	Apensado ao PL 3702/2021
PL 118/2022	Veda a exigência de passaporte vacinal contra Covid-19 como condição para o exercício de direitos.	Caroline de Toni (PSL -SC)	Apensado ao PL 3026/2021
PL 1369/2022	Revoga a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”.	Diego Garcia (REPUBLIC -PR)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1516/2022	Dispõe sobre o parcelamento, junto à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de débitos de contribuições previdenciárias de pessoas físicas ou jurídicas em decorrência da prestação de serviços em obras de construção civil durante a Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2).	Capitão Alberto Neto (PL -AM)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2128/2022	Institui o Programa de Regularização Previdenciária da Construção Civil (PRCC), junto à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.	Lídice da Mata (PSB -BA)	Apensado ao PL 1516/2022
PDL 384/2022	Susta a Resolução RDC 754, de 22 de novembro de 2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que aprova a obrigatoriedade do uso de máscaras em aeroportos e aeronaves.	Eduardo Bolsonaro (PL - SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PDL 397/2022	Susta os efeitos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 761, de 23 de novembro de 2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, que altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 456, de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas em aeroportos e aeronaves em virtude da publicação da Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril 2022, do Ministro de Estado da Saúde, que declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus - SARS-CoV-2.	Bia Kicis (PL - DF)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator



PL 695/2020	Acrescenta dispositivos ao art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para proibir a suspensão do fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e esgoto e fornecimento de gás encanado, por inadimplência, enquanto durar o estado de emergência em saúde pública em razão da pandemia de Covid-19, Coronavírus no Brasil..	Marcão Gomes (PL -RJ)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 697/2020	Dispõe sobre a limitação da quantidade de produtos e equipamentos de proteção individual e de higiene essenciais ao combate à epidemia de Coronavírus que podem ser adquiridos individualmente.	Patricia Ferraz (PODE -AP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 704/2020	Determina que o Poder Público Federal deverá implementar medidas de prevenção aos profissionais da saúde em relação à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).	Célio Studart (PV -CE)	CSAUDE - Aguardando Parecer
PL 720/2020	Fica proibido em todo território nacional, a suspensão do fornecimento de água e energia, enquanto perdurar a pandemia do COVID-19.	Silas Câmara (REPUBLIC -AM)	Apensado ao PL 695/2020



PL 728/2020	Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, para vedar a interrupção da prestação de serviços públicos pelo prazo mínimo de 60 (sessenta dias) a contar da publicação desta lei em decorrência da epidemia do Covid- 19 (Coronavírus).	Osires Damaso (PSC -TO)	Apensado ao PL 695/2020
PL 729/2020	Autoriza o poder executivo a isentar temporariamente do pagamento de serviço de abastecimento de água, esgotamento sanitário e fornecimento de energia elétrica ao idoso aposentado e ou segurado pelo BPC em período de restrição à movimentação e contato pelo motivo da Pandemia Covid-19 (Corona vírus)	Reginaldo Lopes (PT -MG)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 732/2020	Cria o Fundo Nacional de Emergência em Defesa do Trabalho e Renda.	Helder Salomão (PT -ES)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 736/2020	Altera a Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, acrescentando o inciso IV, §2º do Art. 3º suspendendo a cobrança de tarifas de água, energia elétrica, gás e esgoto durante todo o período de emergência de saúde pública para pessoas em situações de pobreza e extrema pobreza inscritas no Cadastro Único.	Enio Verri (PT - PR)	Apensado ao PL 729/2020
PL 753/2020	Dispõe sobre a requisição administrativa, pelo Poder Público, de bens móveis, imóveis, serviços e insumos de saúde, de propriedade particular, para utilização em serviços de saúde destinados ao combate à pandemia.	Arlindo Chinaglia (PT -SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 757/2020	Acrescenta dispositivos ao art. 6º da Lei nº8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para proibir a suspensão do fornecimento de energia elétrica, de água, de esgoto e de gás encanado, por inadimplência, enquanto durar o estado de emergência em saúde pública em razão da pandemia de Coronavírus.	Alice Portugal (PCdoB -BA)	Apensado ao PL 695/2020
PL 759/2020	Proibição de corte dos serviços de energia elétrica e água durante a crise do Coronavírus.	Fernando Rodolfo (PL -PE)	Apensado ao PL 695/2020
PL 761/2020	Dispõe sobre a suspensão de pagamentos de luz, água e gás durante o período da pandemia do COVID19,.	Paulo Teixeira (PT -SP)	Apensado ao PL 729/2020
PL 778/2020	Altera o art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os procedimentos licitatórios vinculados ao combate a epidemias e pandemias, e dá outras providências.	Rose Modesto (PSDB -MS)	CSAUDE - Aguardando Parecer
PL 788/2020	Dispõe sobre o Auxílio Emergencial Financeiro destinado pessoas em situação de rua durante a pandemia do vírus COVID-19.	Natália Bonavides (PT - RN)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 792/2020	Altera a Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, acrescentando os incisos IX e X ao Art. 3º da Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da	Zeca Dirceu (PT -PR)	Apensado ao PL 695/2020



	emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.		
PL 793/2020	Prorrogado para noventa dias após a data prevista o vencimento das obrigações de pagamento em pecúnia que venceriam nos noventa dias seguintes ao da publicação desta Lei.	Afonso Florence (PT -BA)	Apensado ao PL 761/2020
PL 797/2020	Dispõe sobre alterações na Tarifa Social de Energia Elétrica, para os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda, prevista na Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19).	Léo Moraes (PODE -RO)	Apensado ao PL 736/2020
PL 816/2020	Cria o Auxílio Emergencial Pecuniário às pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica que específica, em decorrência do estado de emergência internacional pelo novo coronavírus. Explicação: Altera a Lei nº 8.742, de 1993	Valmir Assunção (PT -BA)	Apensado ao PL 788/2020
PL 818/2020	Torna obrigatória a internação hospitalar de pessoas com mais de 79 (setenta e nove) anos de idade infectadas com coronavírus e dá outras providências	Flávio Nogueira (PDT -PI)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 820/2020	Proíbe, pelo período que determina, a suspensão na prestação de serviços públicos de energia elétrica, telefonia fixa e móvel, água e esgoto e internet.	Delegado Waldir (PSL -GO)	Apensado ao PL 695/2020



PL 826/2020	Suspende pelo período de distanciamento social e/ou quarentena, em razão da Pandemia do COVID-19, o corte de água, luz, telefone, e dá outras providências.	André Janones (AVANTE -MG)	Apensado ao PL 695/2020
PL 899/2020	Proíbe o corte de Energia Elétrica e o fornecimento de água em casos de inadimplemento do consumidor, enquanto perdurar o estado de calamidade pública e dá outras providências.	Rejane Dias (PT -PI)	Apensado ao PL 695/2020
PL 902/2020	Altera dispositivos na Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990 para dispor sobre o atendimento domiciliar no âmbito do SUS nos casos de isolamento social.	Rubens Otoni (PT -GO)	Apensado ao PL 6152/2019
PL 906/2020	Dispõe sobre o desenvolvimento das atividades econômicas da área de saúde sem a necessidade de atos públicos de liberação prévia.	Marcel van Hattem (NOVO - RS)	CSAUDE - Aguardando Parecer
PL 912/2020	Proíbe, por 120 (cento e vinte) dias, interrupção de serviços considerados essenciais, por motivo de inadimplência, em decorrência da calamidade pública ocasionada pela pandemia do coronavírus (Covid-19) e dá outras providências	Gervásio Maia (PSB -PB)	Apensado ao PL 695/2020
PL 932/2020	Dispõe sobre o funcionamento dos serviços essenciais enquanto durar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus - COVID-19.	Luis Miranda (DEM -DF)	Apensado ao PL 695/2020
PL 942/2020	Veda a interrupção da prestação de serviços públicos de natureza continuada por inadimplemento do usuário pessoas física no período de duração da situação de emergência de saúde pública devida à pandemia do coronavírus e altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Dulce Miranda (MDB -TO)	Apensado ao PL 695/2020
PL 960/2020	Estabelece a suspensão temporária dos cortes do fornecimento por falta de pagamento das tarifas dos serviços públicos de água, esgoto, energia elétrica e internet; a suspensão do cancelamento dos planos de saúde e a suspensão do pagamento de contratos bancários que especifica, nos próximos três meses, ou pelo período de duração da Pandemia por Covid 19, na forma aqui estabelecida.	Pompeo de Mattos (PDT - RS)	CSAUDE - Aguardando Parecer
PL 966/2020	Cria regras tributárias, especialmente de contribuições previdenciárias, específicas para o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 2020.	Carlos Veras (PT -PE)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 969/2020	Trata da destinação do orçamento para promoção internacional do turismo na vigência da calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19).	Joice Hasselmann (PSL -SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 971/2020	Dispõe sobre medidas a serem adotadas nas visitas dos idosos em asilos ou Instituições de Longa Permanência para	Joice Hasselmann	CSAUDE - Aguardando



020	Idosos e o distanciamento social de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade no contexto do surto pandêmico do vírus Sars-Cov-2.	ann (PSL -SP)	Designação de Relator
PL 973/2020	Dispõe sobre regras a serem observadas pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica durante o período de emergência de saúde pública devida à pandemia da Covid-19, e após o término da crise de saúde, mediante alteração da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências.	Delegado Pablo (PSL -AM)	Apensado ao PL 729/2020
PL 978/2020	Dispõe sobre medidas penais, processuais penais e socioeducativas emergenciais a respeito da população carcerária brasileira após o decreto da Organização Mundial da Saúde (OMS) de pandemia decorrente do alastramento das infecções pelo coronavírus (COVID-19), levando em consideração o elevado risco à sociedade em geral e, em especial, às pessoas em privação de liberdade, aos agentes penitenciários e aos demais servidores vinculados às Secretarias de Administração Penitenciária, demandando medidas urgentes com vistas à preservação dos direitos fundamentais à vida e a saúde, nos termos da Constituição Federal de 1988.	Talíria Petrone (PSOL -RJ)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 981/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 2020, a fim de autorizar que os Estados e Municípios utilizem os recursos relativos ao leilão dos barris de petróleo excedentes para o pagamento de despesas com medidas emergenciais decorrentes da pandemia do Covid-19.	Acácio Favacho (PROS -AP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator



PL 994/2020	Dispõe sobre a garantia e direito público e gratuito ao fornecimento de energia elétrica, água potável e gás de cozinha enquanto perdurar o Estado de Calamidade Pública.	Bira do Pindaré (PSB -MA)	Apensado ao PL 695/2020
PL 1030/2020	Modifica os percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, regulamentada pela Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010	Carlos Zarattini (PT -SP)	Apensado ao PL 797/2020
PL 1067/2020	Altera a Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, acrescentando dispositivo para garantir a continuidade dos serviços de água, energia elétrica, gás e esgoto durante todo o período de emergência de saúde pública para as pessoas em situação de isolamento e quarentena.	Luizianne Lins (PT -CE)	Apensado ao PL 695/2020
PL 1081/2020	Veda a interrupção de serviços públicos por inadimplemento de usuários durante situação emergencial decorrente do surto do novo coronavírus declarada por autoridades competentes dos entes federativos, mediante alteração da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.	José Guimarães (PT -CE)	Apensado ao PL 695/2020
PL 1097/2020	Adia o prazo de vencimento das faturas de energia elétrica, telefonia, gás e de água e esgoto, prestados ao consumidor, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Governo Federal.	Charles Evangelista (PSL -MG)	Apensado ao PL 729/2020
PL 1107/2020	Dispõe sobre isenção condicionada, nos termos do Código Tributário Nacional, no período de vigência da Lei nº 13.979, de 2020, em razão do enfrentamento da calamidade pública decorrente ao Coronavírus.	Diego Andrade (PSD -MG)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1110/2020	Acrescenta o art. 4º-J a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Marcelo Freixo (PSOL -RJ)	Apensado ao PL 753/2020
PL 1129/2020	Estabelece que, enquanto perdurar o estado de calamidade causado pelo novo coronavírus, o percentual de 7% (cinco por cento) dos recursos arrecadados com todos os concursos de prognósticos seja repassado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Fundo Nacional de Saúde (FNS)	Jose Mario Schreiner (DEM -GO)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1146/2020	Isenta os contemplados com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as famílias com renda de até um salário mínimo do pagamento das contas de água e luz no período de duração da pandemia do Covid-19.	Elcione Barbalho (MDB -PA)	Apensado ao PL 729/2020
PL 1160/2020	Altera a Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre as condições gerais de pagamento de empréstimos consignados, após a decretação do estado de calamidade pública nacional.	Darci de Matos (PSD -SC)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1223/2020	Dispõe sobre a distribuição gratuito, por parte do Ministério da Saúde, de máscaras de tecido e álcool gel antisséptico.	Alexandre Frota (PSDB -SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1254/2020	Dispõe sobre a unificação, em lista única por Unidade Federada, de todos os pacientes atendidos nos serviços de saúde que tenham indicação de internação, para ocupação dos leitos hospitalares vagos em	Arlindo Chinaglia	CSAUDE - Aguardando



020	estrita observância à ordem de chegada.	(PT -SP)	Parecer
PL 1256/2020	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e estabelece providências de saúde pública para o combate à pandemia do Coronavírus.	Pedro Westphalen (PP - RS)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1268/2020	Dispõe sobre medidas de proteção a beneficiários de tarifas sociais no que tange à suspensão de pagamentos de tarifas de água, energia elétrica e gás canalizado, enquanto perdurar a vigência do Estado de Calamidade Pública estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020.	Perpétua Almeida (PCdoB -AC)	Apensado ao PL 729/2020
PL 1301/2020	Altera a Lei nº 8.989/95 e a Lei nº 13.755/18, para dispor sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de veículos utilizados para transporte de viajantes enfermos ou suspeitos, conforme Protocolo de Referência nº7 de novembro de 2011 da Anvisa, enquanto durar o Estado de Calamidade Pública em Território Brasileiro, em razão da pandemia do Covid-19.	Geninho Zuliani (DEM -SP)	CSAUDE - Aguardando Parecer



PL 1309/2020	Acrescenta os §§ 7º-B e 7º-C ao art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	José Guimarães (PT -CE)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1327/2020	Altera a Lei nº 13.885, de 17 de outubro de 2019, para autorizar a destinação, por Estados, Distrito Federal e Municípios, de valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes da cessão onerosa à aquisição de equipamentos hospitalares para o combate ao coronavírus (Covid-19).	Márcio Biolchi (MDB -RS)	Apensado ao PL 981/2020
PL 1331/2020	Veda as concessões de liberdade provisória ou de prisão domiciliar aos presos ou aos internados recolhidos aos estabelecimentos penais ou socioeducativos, motivadas pela pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil.	Sanderson (PSL -RS)	Apensado ao PL 978/2020
PL 1383/2020	Autoriza a prescrição da ozonioterapia em todo o território nacional para os casos de Coronavírus (COVID-19).	Paula Belmonte (CIDADANI A - DF)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1396/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para destinar ao Fundo Nacional de Saúde percentuais destinados para o pagamento de prêmios das loterias federais que especifica, para fins de financiamento das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia provocada pelo coronavírus (Covid-19).	Cássio Andrade (PSB -PA)	Apensado ao PL 1129/2020
PL 1428/2020	Altera a Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003 para dispor sobre as condições gerais de pagamento de empréstimos consignados, após a decretação do estado de calamidade pública nacional.	Fábio Mitidieri (PSD -SE)	Apensado ao PL 1160/2020
PL 1459/2020	Dispõe sobre o Regime de Parcelamento Emergencial - RPE, relativo à débitos com a Fazenda Nacional de contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelecendo caráter excepcional devido ao Decreto Legislativo n. 06, de 20 de março de 2020; e dá outras providências Explicação: Altera a Lei nº 9.796, de 1999.	Lucas Vergílio (SOLIDARI -GO)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1476/2020	Concede isenção de Imposto de Renda aos idosos com mais de 65 anos e aposentados que recebam até 10 salários mínimos durante a pandemia do Coronavírus [COVID-19] e/ou enquanto durar o estado de calamidade pública.	Celso Maldaner (MDB -SC)	Apensado ao PL 966/2020
PL 1487/2020	Suspende a cobrança por um período de 90 (noventa) dias dos serviços públicos de energia elétrica, gás, água e esgoto para consumidores de baixa renda, diante o estado de calamidade pública.	Pedro Augusto Bezerra (PTB - CE)	Apensado ao PL 761/2020
PL 1491/2020	Dispõe sobre o pagamento de adicional de insalubridade para os profissionais da área da saúde enquanto durarem os efeitos do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020.	Luciano Ducci (PSB -PR)	Apensado ao PL 744/2020
PL	Altera a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para fixar em cem por cento o desconto aplicável aos	Ted Conti	Apensado



1511/2020	usuários de baixa renda dos serviços de distribuição de energia elétrica e de abastecimento de água e esgotamento sanitário e proíbe a suspensão do fornecimento desses serviços por inadimplemento dos usuários residenciais enquanto persistir a situação emergencial decorrente da covid-19.	(PSB - ES)	ao PL 729/2020
PL 1545/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", para autorizar as instituições de ensino e pesquisa mantidas pela União a produzir e doar materiais, equipamentos e produtos para o combate ao surto.	Senado Federal - Veneziano Vital do Rêgo (PSD - PB)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1573/2020	Institui Gratificação Extraordinária aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias durante a vigência da calamidade de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), e dá outras disposições.	Mauro Nazif (PSB - RO)	Apensado ao PL 1402/2020
PL 1619/2020	Dispõe sobre a proibição da suspensão de fornecimento de serviços essenciais enquanto perdurar as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública.	Gildenemyr (PL - MA)	Apensado ao PL 695/2020



PL 1623/2020	Dispõe sobre os contratos de aluguel residencial e comercial em todo o território nacional enquanto perdurarem os efeitos da decretação de calamidade pública em virtude do Coronavírus (COVID-19).	Fernanda Melchionna (PSOL -RS)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1659/2020	Dispõe sobre a restituição do imposto de renda pessoa física referente ao ano de 2020, ano-calendário 2019, priorizando aposentados, pessoas acometidas de doenças graves, pessoas com deficiências e todas as pessoas físicas que receberam até 05 (cinco) salários mínimos mensais, em razão do período de calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus - Covid-19 e dá outras providências.	Rosana Valle (PSB -SP)	Apensado ao PL 1476/2020
PL 1662/2020	Altera a lei 13.979, de 6 de fevereiro 2020, para prever medidas de sepultamento de vítimas da COVID-19.	Hiran Gonçalves (PP -RR)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1664/2020	Altera a Lei 9.991, de 24 de julho de 2000, para dispor sobre a isenção das contas de energia elétrica para os usuários da tarifa social durante o período de calamidade pública em razão do COVID-19.	Luis Tibé (AVANTE -MG)	Apensado ao PL 973/2020
PL 1666/2020	Cria o programa Cartão Brasileiro de Alimentação, para oferecer recursos para aquisição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade social, enquanto durar o estado de calamidade pública, em razão do COVID-19.	Luis Tibé (AVANTE -MG)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1671/2020	Acrescenta os artigos 2º-A e 2º-B a Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020, para proibir a cobrança de qualquer tipo de taxa ou dívidas, por instituições bancárias, sobre os créditos decorrentes dos depósitos da Renda Básica Emergencial.	Marcelo Freixo (PSOL -RJ)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1674/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para autorizar que Estados, Distrito Federal e Municípios utilizem os recursos relativos ao leilão dos barris de petróleo excedentes para fins de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia provocada pelo coronavírus (Covid-19).	Vitor Lippi (PSDB -SP)	Apensado ao PL 981/2020
PL 1680/2020	Determina tratamento prioritário, enquanto durar o estado de calamidade pública decretado pelo Congresso Nacional, às empresas e aos Estados que adotarem medidas para produção imediata de insumos e equipamentos médicos prioritários no combate à pandemia do coronavírus.	Eduardo Bismarck (PDT - CE)	Apensado ao PL 1107/2020
PL 1689/2020	Altera a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", para dispor sobre o deslocamento para o trabalho dos profissionais de saúde expostos a maior risco de contaminação COVID-19.	Erika Kokay (PT - DF)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1703/2020	"Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para vedar o desconto dos valores do benefício de Renda Básica de Cidadania Emergencial para a quitação de dívidas preexistentes com instituições bancárias".	Alencar Santana Braga (PT)	Apensado ao PL 1671/2020



PL 1709/2020	Estabelece regras a serem observadas pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, água e esgotamento sanitário durante o período de emergência de saúde pública devida à pandemia da Covid-19, e após o término da crise de saúde, mediante alteração da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.	-SP) Joice Hasselmann (PSL -SP)	Apensado ao PL 720/2020
PL 1712/2020	Dispõe sobre a forma de pagamento pelas operadoras de planos de saúde aos prestadores de serviços hospitalares, segundo a média do faturamento mensal destes, enquanto durar a pandemia de Covid-19.	Pedro Westphalen (PP - RS)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1714/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para priorizar o afastamento de pessoas idosas quando for exigido o serviço no local de trabalho em órgãos públicos ou atividades empresariais.	Ossesio Silva (REPUBLIC -PE)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1727/2020	Altera o artigo 2º da Lei 13.982 de 2 de abril de 2020, para inserir o item "d" no artigo 2º, abrangendo pessoas que, apesar de terem rendimentos superiores ao determinado, tiveram seus rendimentos do trabalho informal reduzidos substancialmente.	Alexandre Frota (PSDB -SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1761/2020	Dispõe sobre medidas de proteção e apoio a instituições de longa permanência para idosos durante a epidemia de Covid-19.	Ossesio Silva (REPUBLIC -PE)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator



PL 1779/2020	Altera a Lei n. 13.982, de 2 abril de 2020, para garantir o direito de recebimento do auxílio emergencial aos beneficiários cuja situação cadastral do CPF conste como suspensão ou pendente de regularização nos arquivos da Receita Federal do Brasil.	Carlos Jordy (PSL -RJ)	Apensado ao PL 1727/2020
PL 1780/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a realização emergencial do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (REVALIDA) durante a pandemia causada pelo novo coronavírus.	Jorge Solla (PT - BA)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1786/2020	Altera a Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2010, para possibilitar a substituição do Cadastro de Pessoa Física - CPF por outro documento oficial ou por outras formas de identificação dos beneficiários do auxílio emergencial, e da outras providências.	Júnior Ferrari (PSD -PA)	Apensado ao PL 1779/2020
PL 1815/2020	Altera a Lei nº 9656, de 03 de junho de 1998 com o intuito de elaborar Nota Técnica Atuarial para a área Odontológica pela Agência Nacional de Saúde, devido à emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID19).	Patricia Ferraz (PODE -AP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1816/2020	Dispõe sobre a necessidade de cirurgiões-dentistas nos quadros de Institutos Médicos Legais em âmbito nacional com o objetivo de operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrentes da epidemia de COVID-19	Patricia Ferraz (PODE -AP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1835/2020	Dispõe sobre o Programa de entrega domiciliar de medicamentos às pessoas que pertencem ao grupo de risco de contágio do Coronavírus, e dá outras providências.	Sebastião Oliveira (PL -PE)	CSAUDE - Aguardando Parecer
PL 1881/2020	Estabelece procedimento virtual de informações e acolhimento dos familiares de pessoas internadas por Covid-19 em hospitais públicos, privados ou de campanha.	Ricardo Silva (PSB -SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1887/2020	Altera a lei 13.979, de 06 fevereiro de 2020, para prever o pagamento do décimo quarto salário aos profissionais de saúde.	Roberto Pessoa (PSDB -CE)	Apensado ao PL 744/2020
PL 1919/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para impor a quem infringir medida sanitária de prevenção de propagação da referida doença, a penalidade de prestação de serviço comunitário em hospitais ou em outras entidades que prestem serviços essenciais.	Fábio Trad (PSD -MS)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1921/2020	Adota medidas, no âmbito do Governo Federal, Estadual e Municipal para proteger a população e garantir o acesso aos serviços essenciais, no período de duração da pandemia do COVID-19.	Delegado Antônio Furtado (PSL -RJ)	Apensado ao PL 695/2020
PL 1940/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de	Felício Laterça	CSAUDE - Aguardando



020	saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", para dispor sobre a realização dos testes rápidos em farmácias.	(PSL -RJ)	Designação de Relator
PL 1953/2020	Institui o Programa de Complementação Emergencial da Renda do Caminhoneiro e a suspensão das parcelas dos financiamentos de veículos para os Transportador Autônomo de Cargas - TAC durante o enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.	Perpétua Almeida (PCdoB -AC)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1959/2020	Dispõe sobre medidas de proteção social e cria o Fundo Nacional de Emergência dirigida aos catadores de materiais recicláveis enquanto durar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, definida na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e dá outras providências.	Erika Kokay (PT - DF)	CSAUDE - Aguardando Parecer



PL 1976/2020	Autoriza as farmácias a realizarem testes rápidos para detecção de coronavírus. Explicação: Altera a Lei nº 10.858 de 2004.	Adriana Ventura (NOVO -SP)	Apensado ao PL 1940/2020
PL 1978/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19), para permitir a utilização, pelas operadoras de planos de saúde, de recursos alocados na provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) para pagamento de prestadores de serviços de saúde, garantindo a manutenção de contratos inadimplentes.	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP - RJ)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2006/2020	Isenta da cobrança de PIS/ COFINS as empresas que adaptarem sua planta industrial para a produção de itens de combate a COVID19, enquanto persistir a emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo referido coronavírus	Clarissa Garotinho (PROS -RJ)	Apensado ao PL 1107/2020
PL 2017/2020	Altera as Leis nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, "Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências"; nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências"; e nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, "Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para elevar a margem consignável para desconto em folha de pagamento, remuneração ou benefício ou pensão referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil	Capitão Alberto Neto (REPUBLIC -AM)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2040/2020	Altera a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a divulgação diária do mapa atualizado de leitos hospitalares de unidades públicas e privadas de cada unidade da federação.	Dra. Soraya Manato (PSL - ES)	Apensado ao PL 1254/2020
PL 2043/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para majorar os valores pagos a título adicional de insalubridade aos profissionais que atuam diretamente no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do surto de coronavírus de 2019/2020.	Dr. Leonardo (SOLIDARI -MT)	Apensado ao PL 744/2020
PL 2047/2020	Prorroga por 90 dias o prazo para pagamento das contas de água e energia elétrica.	Roberto de Lucena (PODE - SP)	Apensado ao PL 761/2020
PL 2052/2020	Permite a contratação temporária de médicos brasileiros formados no exterior que não prestaram o REVALIDA para o combate a COVID 19 no período do Estado de Calamidade Pública	Luizão Goulart (REPUBLIC -PR)	Apensado ao PL 1780/2020
PL 2054/2020	Dispõe sobre a política de apoio e prevenção da COVID 19 em abrigos e asilos para idosos	Roberto Alves (REPUBLIC -SP)	Apensado ao PL 1761/2020



PL 2071/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a convocação imediata de profissionais médicos brasileiros com habilitação para o exercício da medicina no exterior, nos termos da Lei 12.871, de 22 de outubro de 2013, para atuação durante o estado de calamidade pública pelo COVID-19	Valmir Assunção (PT -BA)	Apensado ao PL 1780/2020
PL 2074/2020	Estabelece como preferencial a pena de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, para eventuais responsabilizações legais de pessoas físicas pelo descumprimento de medidas adotadas por autoridades para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, alterando a Lei da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Mário Heringer (PDT -MG)	Apensado ao PL 1919/2020
PL 2079/2020	Amplia o AUXÍLIO EMERGENCIAL instituído pela Lei no 13.982, de 2 de abril de 2020, para promover modificações nas regras do auxílio emergencial enquanto durar a pandemia da Covid- 19; e dá outras providências.	José Airton Félix Cirilo (PT -CE)	Apensado ao PL 1727/2020
PL 2102/2020	Altera a Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, para que o médico brasileiro graduado em instituição de ensino superior estrangeira exerça legalmente por tempo determinado a Medicina em território nacional	Camilo Capiberibe (PSB -AP)	Apensado ao PL 2071/2020



PL 2114/2020	Dispõe sobre as denúncias dos contratos de locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, durante a situação de Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).	Nicoletti (PSL - RR)	Apensado ao PL 1623/2020
PL 2115/2020	Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Nicoletti (PSL - RR)	CSAUDE - Aguardando Parecer
PL 2116/2020	Institui indenização e pensão especial para servidores da segurança pública vitimados pelo Coronavírus (Covid-19), durante a situação de Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN).	Nicoletti (PSL - RR)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2121/2020	Estabelece procedimento eletrônico para coleta e envio de informações para familiares de pessoas internadas por COVID-19 em hospitais públicos, privados, ou de campanha no Brasil	Sergio Vidigal (PDT -ES)	Apensado ao PL 1881/2020
PL 2161/2020	Insera dispositivos na Lei nº 13.979 de 06 e fevereiro de 2020 para garantir a disponibilização pelo SUS dos leitos de Unidade de Tratamento Intensivo da rede privada.	Rubens Otoni (PT -GO)	Apensado ao PL 1254/2020
PL 2164/2020	Dispõe sobre a concessão de auxílio-funeral às famílias dos indivíduos que faleceram em decorrência da Covid-19 durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6 de 2020.	Júnior Ferrari (PSD -PA)	Apensado ao PL 1662/2020
PL 2166/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para permitir a realização de testes laboratoriais remotos em farmácias.	Celina Leão (PP -DF)	Apensado ao PL 1940/2020
PL 2171/2020	Altera a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, para permitir a entrega de medicamentos no domicílio a pessoas idosas, deficientes durante o estado de pandemia provocado pelo Coronavírus-COVID -19.	Rejane Dias (PT -PI)	Apensado ao PL 1835/2020
PL 2172/2020	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para permitir a revalidação de diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras do curso de medicina, de cidadãos brasileiros por universidades públicas e privadas, durante o estado de calamidade pública de importância internacional - coronavírus - COVID19.	Rejane Dias (PT -PI)	Apensado ao PL 1780/2020
PL 2173/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para tornar obrigatório a distribuição de máscaras a todos os trabalhadores e clientes das agências bancárias públicas e privadas e dá outras providências.	Rejane Dias (PT -PI)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2176/2020	Cria a fila única para leitos hospitalares da Unidade de Terapia Intensiva - UTI, unificando a regulação do acesso aos leitos de UTI da rede hospitalar pública e privada, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.	Orlando Silva (PCdoB -SP)	Apensado ao PL 1254/2020
PL	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da	Senado	CSAUDE -



2179/2020	emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", para dispor sobre o registro e a disponibilização de informações de interesse epidemiológico relativas aos pacientes com suspeita ou confirmação de infecção pelo coronavírus atendidos nos serviços de saúde públicos e privados.	Federal - Paulo Paim (PT - RS)	Aguardando Designação de Relator
PL 2181/2020	Dispõe sobre a publicação e atualização em tempo real de dados simplificados e de fácil acesso à população acerca da quantidade de leitos de internação e UTI da rede pública para tratamento de pacientes com suspeita ou diagnóstico de Coronavírus Disease 2019 (COVID-19) durante o enfrentamento da epidemia, e dá outras providências.	Miguel Lombardi (PL -SP)	Apensado ao PL 2040/2020
PL 2187/2020	Altera os procedimentos de votação a serem executados durante a vigência do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, para sua adaptação aos procedimentos necessários ao combate da propagação do contágio. Explicação: Altera as Leis nº 4.737 de 1965 e 9.504 de 1997.	Mário Heringer (PDT -MG)	CSAUDE - Aguardando Parecer
PL 2199/2020	Determina que as pessoas que já tenham contraído o vírus do COVID-19 e estejam curadas, não se submetam a qualquer tipo de isolamento social, e dá outras providências.	Paula Belmonte (CIDADANIA - DF)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator



PL 2219/2020	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer a suspensão dos vencimentos das faturas de água e esgoto, energia elétrica, gás canalizado, telefonia fixa e móvel e internet por noventa dias ou enquanto durar a pandemia da Covid-19.	Weliton Prado (PROS -MG)	Apensado ao PL 761/2020
PL 2233/2020	Concede uma bonificação aos trabalhadores envolvidos com o tratamento de doentes da pandemia e dá outras providências	Alexandre Frota (PSDB -SP)	Apensado ao PL 744/2020
PL 2296/2020	Dispõe sobre isenção tributária parcial para proprietário de imóvel locado à entidade religiosa, filantrópica ou beneficente, como forma de compensação de até 50% (cinquenta por cento) do valor cobrado de aluguel, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, decorrente da Covid-19.	Aureo Ribeiro (SOLIDARI -RJ)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2324/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre o uso compulsório de leitos privados disponíveis, de qualquer espécie, pelos entes federativos para a internação de pacientes acometidos de Síndrome Aguda Respiratória Grave ou com suspeita ou diagnóstico de Covid-19.	Senado Federal - Rogério Carvalho (PT -SE)	CSAUDE - Aguardando Parecer
PL 2337/2020	Estabelece o prazo de 10 (dez) dias úteis para a conclusão da análise da solicitação do auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, a contar da data de cadastramento pelo beneficiário.	Léo Moraes (PODE -RO)	Apensado ao PL 2220/2020
PL 2353/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”, para permitir a habilitação e credenciamento imediatos de novos leitos hospitalares pelo Sistema Único de Saúde - SUS.	José Guimarães (PT -CE)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2377/2020	Dispõe sobre criação de linha de crédito específica para financiamento das mensalidades de alunos da área da saúde da rede privada de ensino superior.	Dr. Leonardo (SOLIDARI -MT)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2403/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a obrigação de a União disponibilizar quantidades mínimas de testes para detecção de Covid-19, por número de habitantes.	Lucio Mosquini (MDB -RO)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2418/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar que os valores das contraprestações pecuniárias pagas pelos beneficiários de planos de saúde sejam reduzidos em 30% durante a vigência do Estado de Calamidade Pública decorrente da Pandemia da COVID-19, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	Cássio Andrade (PSB -PA)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2437/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a realização de testes rápidos de diagnóstico para Covid-19 por meio da tecnologia de imunocromatografia, bem como sobre a prestação de serviços de vacinação humana em estabelecimentos farmacêuticos.	Hugo Leal (PSD - RJ)	Apensado ao PL 1940/2020
PL	Autoriza o Governo Federal a disponibilizar até 70% dos estoques públicos de alimentos (regulador)	Paula	Apensado



2438/2020	da CONAB, e dá outras providências.	Belmonte (CIDADANI A - DF)	ao PL 1666/2020
PL 2440/2020	Dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos profissionais de saúde da rede pública diretamente envolvidos no combate à pandemia de Coronavírus (Covid-19) e com diagnóstico positivo para a doença.	Marreca Filho (PATRIOTA -MA)	Apensado ao PL 2233/2020
PL 2445/2020	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às entidades que especifica, no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuarem de forma coordenada no combate à pandemia do coronavírus.	Eduardo Barbosa (PSDB -MG)	Apensado ao PL 1761/2020
PL 2463/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para assegurar às famílias de maior vulnerabilidade econômica o funeral digno de parentes vitimados pela covid-19 e acesso aos testes mesmo após o óbito.	Odair Cunha (PT -MG)	Apensado ao PL 2164/2020
PL 2468/2020	Estabelece norma penal temporária a fim de reduzir os impactos da propagação da pandemia provocada pelo novo coronavírus -COVID-19 durante o estado de emergência de saúde internacional.	Marcelo Freixo (PSOL -RJ)	Apensado ao PL 978/2020
PL 2482/2020	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre os processos de revalidação e de reconhecimento de diplomas expedidos por instituições de educação superior estrangeiras, e a Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Exame Nacional de Revalidação de	Senado Federal - Rose de Freitas (PODEMOS -ES)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator



	Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida), para dispor sobre as instituições aptas a participar do exame e do processo de revalidação de diplomas médicos e para determinar a realização, em caráter emergencial, de uma edição do exame.		
PL 2494/2020	Dispõe que o adicional de insalubridade devido aos empregados dos estabelecimentos de saúde expostos ao coronavírus (Covid-19) será de 50% (cinquenta) sobre o salário.	Mauro Nazif (PSB -RO)	Apensado ao PL 744/2020
PL 2532/2020	Acrescenta art. 2o-A à Lei no 13.982, de 2 de abril de 2020, para assegurar o auxílio emergencial ao trabalhador formal que permaneça exercendo suas atividades com deslocamento ao local de trabalho.	Frei Anastacio Ribeiro (PT -PB)	Apensado ao PL 1727/2020
PL 2542/2020	Estabelece multa administrativa para aqueles que promoverem festas enquanto durar o estado de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus (COVID-19)	Célio Studart (PV -CE)	Apensado ao PL 1919/2020
PL 2574/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a proteção da vida dos profissionais da saúde que integram o grupo de risco do Covid-19.	JHC (PSB -AL)	Apensado ao PL 1714/2020
PL 2658/2020	Dispões sobre os testes da doença intitulada Covid 19 e dá outras providências	Alexandre Frota (PSDB -SP)	Apensado ao PL 2403/2020
PL 2674/2020	Criação da fila única de acesso aos leitos hospitalares dos órgãos públicos e da rede privada de saúde e sua utilização e gestão pelo Sistema Único de Saúde-SUS.	Wilson Santiago (PTB -PB)	Apensado ao PL 1254/2020
PL 2687/2020	Altera a lei n.º 12.871, de 22 de outubro de 2013, para prorrogar excepcionalmente os contratos vigentes do Programa Mais Médicos para o Brasil; e a lei n.º 13.958, de 18 de dezembro de 2019, para excluir excepcionalmente a necessidade de registro no Conselho Regional de Medicina para inscrição em processo seletivo do Programa Médicos pelo Brasil.	Pompeo de Mattos (PDT -RS)	Apensado ao PL 2071/2020
PL 2706/2020	Determina a realização do Exame de Oximetria de Pulso e/ou de Dedo como protocolo de triagem nos pacientes suspeitos com COVID-19 nos postos de atendimento e hospitais públicos e privados.	Dr. Zacharias Calil (DEM -GO)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2722/2020	Inclui artigo na Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, estabelecendo medidas de auxílio emergencial ao Transportador Autônomo de Cargas - TAC	Nereu Crispim (PSL -RS)	Apensado ao PL 1953/2020
PL 2733/2020	Torna obrigatória a inclusão de teste do coronavírus aos exames de sangue realizados em unidades de saúde pública e privada.	Paulo Ramos (PDT -RJ)	Apensado ao PL 2658/2020
PL 2747/2020	Acrescenta o §14 ao art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020	Luizianne Lins (PT -CE)	Apensado ao PL 1779/2020



PL 2768/2020	Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para instituir auxílio emergencial para produtores individuais de máscaras faciais de tecido e programa governamental de aquisição de máscaras faciais de tecido feitas por esses produtores.	Dulce Miranda (MDB -TO)	Apensado ao PL 1727/2020
PL 2772/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para assegurar a participação do país em iniciativas internacionais para o desenvolvimento, produção e acesso a diagnósticos, medicamentos, tratamentos, testes, vacinas ou outras alternativas terapêuticas, diagnósticas e preventivas contra a Covid-19.	Alencar Santana Braga (PT -SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2795/2020	Altera dispositivos da Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	Eduardo Bolsonaro (PSL - SP)	Apensado ao PL 1919/2020
PL 2881/2020	Dispõe sobre pagamento de dívida fiscal de empresas privadas perante o Governo Federal, Estadual e Municipal com fornecimento de bens e serviços no combate à crise do coronavírus e de outras providências.	Delegado Antônio Furtado (PSL -RJ)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2895/2020	Altera a Lei nº 9.504 de 1997 para possibilitar o adiamento das eleições em casos de estado de calamidade pública e epidemia do coronavírus (COVID-19) e uso do fundo eleitoral para controle da doença.	Celso Maldaner (MDB -SC)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator



PL 2920/2020	"Institui o programa de cooperação chamado código "máscara vermelha" como medida de combate e prevenção à violência doméstica previstas na Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha - e no Código Penal, em todo território nacional".	Capitão Alberto Neto (REPUBLIC-AM)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2953/2020	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA EMERGENCIAL FINANCEIRO PARA OS PROFISSIONAIS TRABALHADORES DE SAÚDE NO COMBATE AO COVID - 19 (PAF COVID) VINCULADOS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Gervásio Maia (PSB -PB)	Apensado ao PL 2233/2020
PL 2956/2020	Altera o § 6º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 79/1994.	Fernando Rodolfo (PL -PE)	CSAUDE - Aguardando Parecer
PL 2965/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para tornar obrigatório, em âmbito nacional, a afixação de aviso com medidas preventivas contra o COVID 19 em elevadores e áreas de circulação de prédios públicos e privados comerciais e residenciais e dá outras providências.	André de Paula (PSD -PE)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 3011/2020	Altera o Art. 2º da Lei 13.982/2020 para garantir auxílio emergencial aos desempregados, subocupados e desalentados.	João Daniel (PT - SE)	Apensado ao PL 1727/2020
PL 3026/2020	Altera a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 - Lei do Coronavírus, para possibilitar que, nas hipóteses de necessidade comprovada, as autoridades municipais e distritais possam alugar leitos ociosos de Unidades de Terapia Intensiva regularmente instalados na rede particular de saúde do respectivo âmbito ou de Municípios-pólo, exigindo-se chamamento público e observados, na contratação, os preços praticados pelo mercado.	Carlos Sampaio (PSDB -SP)	Apensado ao PL 1110/2020
PL 3053/2020	Dispõe sobre as condições do Auxílio Emergencial, incorporado por meio da Lei 13.982 de 2020.	Marcelo Aro (PP -MG)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 3061/2020	Altera a Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para garantir aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACE), durante a vigência do estado de emergência causado pela COVID-19, a possibilidade de cumprimento de horas suplementares à duração do trabalho semanal normal.	José Nunes (PSD -BA)	Apensado ao PL 1402/2020
PL 3066/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para proibir a restrição de atendimento a pacientes com fundamento em sua procedência ou local de residência durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	José Nelto (PODE -GO)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 3070/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade de fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) aos servidores dos serviços de medicina legal e de verificação de óbitos durante o período de Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).	Dra. Soraya Manato (PSL - ES)	Apensado ao PL 704/2020
PL	Dispõe sobre condicionantes para o apoio governamental a pessoas jurídicas e físicas durante	Rejane Dias	CSAUDE -



3093/2020	enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	(PT -PI)	Aguardando Designação de Relator
PL 3096/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	Haroldo Cathedral (PSD - RR)	Apensado ao PL 1612/2020
PL 3114/2020	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (IACA), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus transmissor da Covid-19	Leandre (PV - PR)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 3120/2020	Altera o Art. 2º da Lei 13.982/2020 para garantir auxílio emergencial aos que recebam até meio salário mínimo por pensão por morte.	João Daniel (PT - SE)	Apensado ao PL 1727/2020



PL 3123/2020	Determina que a atividade de saboaria artesanal seja regida pela Lei 13180/2015, durante o período de situação de emergência na saúde decorrente da pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19).	Bohn Gass (PT - RS)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 3158/2020	Assegura direitos aos profissionais que exercem atividades essenciais de modo presencial afastados do trabalho em decorrência de infecção por Covid-19, e estabelece normas de prevenção e segurança do trabalho.	Erika Kokay (PT - DF)	Apensado ao PL 2837/2020
PL 3162/2020	Regulamenta a divulgação de dados, pelo Ministério da Saúde, sobre a evolução da pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2) no Brasil em atenção aos princípios da publicidade e da transparência.	Aliel Machado (PSB -PR)	MESA - Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados
PL 3167/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", para dispor sobre o pagamento do adicional de insalubridade dos profissionais de saúde.	Dra. Soraya Manato (PSL - ES)	Apensado ao PL 744/2020
PL 3201/2020	Dispõe sobre a prorrogação do pagamento do auxílio emergencial de que trata o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 e prevê transição para saída do benefício	João H. Campos (PSB -PE)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 3205/2020	Altera a Lei nº 7.649, de 25 de janeiro de 1988, para incluir testes sorológicos para COVID-19 dentre os exames sorológicos já realizados no sangue coletado de doadores voluntários.	Cássio Andrade (PSB -PA)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 3278/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 2020, para instituir a gratuidade do transporte interestadual para os profissionais de saúde, durante a pandemia do Coronavírus.	José Nelto (PODE -GO)	Apensado ao PL 1689/2020
PL 3326/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigação de as entidades de atendimento à pessoa idosa disponibilizarem aos seus respectivos colaboradores e aos idosos atendidos os insumos necessários para a execução de medidas de prevenção da propagação da COVID-19.	Vilson da Fetaemg (PSB - MG)	Apensado ao PL 1761/2020
PL 3424/2020	Determina que os condenados que estejam em prisão domiciliar para prevenir a propagação do Corona Vírus que reincidam em atividades criminosas obtenham a nova progressão de regime após cumpridos 70 por cento da pena do novo crime em regime fechado.	Benes Leocádio (REPUBLIC -RN)	Apensado ao PL 1331/2020
PL 3483/2020	"Dispõe sobre o retorno das aulas e atividades escolares e dá outras providências"	Alexandre Frota (PSDB -SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de



			Relator
PL 3514/2020	Estabelece critérios para o reforço ou flexibilização das medidas de enfrentamento da situação de emergência em saúde causada pela pandemia da COVID-19, trazendo modificações à Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Mário Heringer (PDT -MG)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 3539/2020	Institui a concessão de benefícios adicionais aos profissionais de saúde terceirizados e dá outras providências.	Aliel Machado (PSB -PR)	Apensado ao PL 2440/2020
PL 3563/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para incluir o atendimento humanizado e acessível para pessoas com deficiência nas ações para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da COVID-19.	Maria Rosas (REPUBLIC -SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 3609/2020	Prorroga enquanto durar a Pandemia do Coronavírus no Brasil, o subsídio de que trata o art. 2º da MP 950, de 8 de abril de 2020 e dá outras providências.	José Airton Félix Cirilo (PT -CE)	Apensado ao PL 797/2020
PL 3629/2020	Modifica a Lei nº 4.737, de 1965, para dispor sobre o horário de votação durante a pandemia da COVID-19.	Hildo Rocha (MDB -MA)	Apensado ao PL 2187/2020
PL 3637/2020	Dispõe sobre a simplificação da habilitação no Sistema de Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros (Radar) e da obtenção de Autorização para Funcionamento de Empresa (AFE) para o enfrentamento da emergência pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Explicação: Altera a Lei nº 13.979, de 2020.	Luis Miranda (DEM -DF)	Apensado ao PL 1256/2020



PL 3642/2020	Estende, pelo período em que perdurar a pandemia de COVID-19 (novo coronavírus) no Brasil, o desconto de 100% (cem por cento) sobre a tarifa de energia elétrica de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e dá outras providências.	Eduardo da Fonte (PP -PE)	Apensado ao PL 797/2020
PL 3695/2020	Dispõe sobre a redução de cinquenta por cento nas alíquotas das contribuições previdenciárias que especifica durante o período de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, em decorrência da emergência de saúde pública relacionada ao novo coronavírus (Sars-CoV-2).	Capitão Alberto Neto (REPUBLIC -AM)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 3777/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, para autorizar a manutenção do funcionamento de estabelecimentos de saúde temporários ou hospitais de campanha após a pandemia de Covid-19.	Gildenemyr (PL - MA)	Apensado ao PL 4844/2020
PL 3791/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para estabelecer critérios de gênero e renda nas políticas de testagem para a COVID-19.	Fernanda Melchionna (PSOL -RS)	Apensado ao PL 2403/2020
PL 3802/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, para tratar do direito de circulação das pessoas comprovadamente curadas da COVID-19.	Wladimir Garotinho (PSD - RJ)	Apensado ao PL 2199/2020
PL 3807/2020	Dispõe sobre as alíquotas da COFINS e do PIS/PASEP incidentes sobre a energia elétrica dos consumidores residenciais durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19).	Léo Moraes (PODE -RO)	Apensado ao PL 973/2020
PL 3820/2020	Dispõe sobre a obrigatoriedade da União, Estados e Municípios em disponibilizarem, em todas as cidades acima de dez mil habitantes, junto ao Sistema Único de Saúde, testes de COVID pelo método de sorologia, e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 13.979, de 2020.	Jéssica Sales (MDB -AC)	Apensado ao PL 2403/2020
PL 3854/2020	Veda a recontagem de prazo de carência de planos e seguros privados de saúde cujos contratos tenham sido encerrados durante o período da vigência da emergência sanitária decorrente da pandemia do COVID-19.	Helder Salomão (PT -ES)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 3859/2020	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – ECA, para instituir a obrigatoriedade da União de promover ações orientadoras aos pais, adotantes, crianças e adolescentes, para enfrentamento à pandemia Covid-19 e seus desdobramentos durante a duração do estado de calamidade pública.	Flordelis (PSD - RJ)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 3869/2020	Altera a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, para dispor sobre o retorno ao trabalho de gestantes, de mães de filhos de até cinco anos, de idosos e de pessoas com deficiência durante e após o estado de calamidade pública reconhecido pelo	Luiz Philippe de Orleans e Bragança	Apensado ao PL 1714/2020



	Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	(PSL - SP)	
PL 3886/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para criar incentivos à doação de plasma por pessoas já imunizadas contra a Covid-19.	Cássio Andrade (PSB -PA)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 3930/2020	Amplia o prazo para o trabalhador em situação de rua requerer o auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2020, até 30 de setembro de 2020, e dá outras providências	Erika Kokay (PT - DF)	Apensado ao PL 2220/2020
PL 3938/2020	Altera a Lei nº 7.649, de 25 de janeiro de 1988, para incluir a COVID-19 dentre as doenças previstas que devem ser obrigatoriamente testadas em amostras de banco de sangue e dá outras providências.	Paulo Bengtson (PTB -PA)	Apensado ao PL 3205/2020
PL 3944/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para dispor sobre a manutenção dos leitos de internação hospitalar abertos durante o período de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, e dá outras providências.	Jandira Feghali (PCdoB -RJ)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 3946/2020	Cria o Programa Nacional de Proteção e Controle da COVID-19, para assegurar o direito à saúde e proteger os trabalhadores nos setores produtivos industrial, comercial e de serviços, por intermédio das Comissões Internas de	Daniel Almeida (PCdoB -BA)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator



	Prevenção de Acidentes (CIPAs), garantindo acesso à informação adequada à proteção e prevenção à proliferação do novo coronavírus.		
PL 4004/2020	"Revoga a alínea "d," do inciso IV do artigo 21 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, em função da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (covid-19)."	Laercio Oliveira (PP -SE)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 4118/2020	Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para prorrogar por mais três meses a vigência da dedução do repasse das contribuições à previdência social referente ao valor devido ao segurado empregado cuja incapacidade temporária para o trabalho seja comprovadamente decorrente de sua contaminação pelo coronavírus (Covid-19).	Rubens Bueno (CIDADANIA - PR)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 4134/2020	Determina que os fornecedores de máscaras de proteção individual ofereçam opção de descarte adequado para os produtos e determina outras providências.	Célio Studart (PV -CE)	Apensado ao PL 1134/2019
PL 4292/2020	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao reforço do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para o atendimento e acompanhamento à população em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Danilo Cabral (PSB -PE)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 4327/2020	Altera a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a busca ativa, identificação, vigilância e acompanhamento dos grupos vulneráveis e de risco aumentado para complicações da doença causada pelo coronavírus.	Shéridan (PSDB -RR)	Apensado ao PL 1714/2020
PL 4366/2020	Acrescenta os §4º, §5º, §6º, §7º e §8º ao Art. 3º - J da Lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de coronavírus responsável pelo surto de 2019 para garantir a testagem gratuita e obrigatória, acompanhamento psicológico, local de descanso entre e intra jornadas aos profissionais essenciais ao controle do novo coronavírus entre outras providências	Maria do Rosário (PT -RS)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 4408/2020	Proíbe a cobrança de taxa de religação da unidade consumidora após a quitação de débito com a distribuidora responsável pelo fornecimento durante o estado de calamidade pública decorrente da emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19), reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	Bia Cavassa (PSDB -MS)	Apensado ao PL 973/2020
PL 4504/2020	Reconhece a prática da atividade física, esportiva e similares como essenciais para a população em academias, clubes, associações, escolinhas esportivas e demais estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos durante a vigência do Estado de Calamidade Pública relacionada ao Coronavírus (Covid-19).	Danrlei de Deus Hinterholz (PSD - RS)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 4506/2020	Altera a redação da alínea "d", do inciso III, do artigo 3º, da Lei nº. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.	Bia Kicis (PSL - DF)	CSAUDE - Aguardando Parecer
PL 4565/2020	Altera a redação da Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, para compensar os empregados que estejam exercendo suas atividades de forma presencial durante o estado de emergência pública	Erika Kokay (PT - DF)	Apensado ao PL



020	causada pelo coronavírus (covid-19).		2278/2020
PL 4573/2020	Suspende a obrigação das empresas tomadoras de serviços de promoverem a retenção do valor relativo à contribuição previdenciária a que alude o art. 31, caput e § 1º da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, de modo a permitir que tais valores possam ser utilizados pelas empresas prestadoras de serviços como capital de giro durante o período de calamidade pública causada pela pandemia da SARS-Cov-2.	Alan Rick (DEM - AC)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 4646/2020	Desobriga o uso de máscara facial na realização de atividades ao ar livre e na prática de esportes, durante o período da pandemia do COVID-19, na forma que especifica.	Paula Belmonte (CIDADANI A - DF)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 4647/2020	Desobriga o uso de máscara facial por crianças de até 12 anos incompletos, na realização de atividades ao ar livre e na prática de esportes, durante o período da pandemia do COVID-19, na forma que especifica.	Paula Belmonte (CIDADANI A - DF)	Apensado ao PL 4646/2020



PL 4650/2020	Revoga o inciso III-A do art. 3º e o art. 3º-A da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõem sobre o uso obrigatório de máscaras de proteção individual, determinado no bojo das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.	Bia Kicis (PSL - DF)	Apensado ao PL 4646/2020
PL 4661/2020	Estabelece a obrigatoriedade de cabines de descontaminação ou similares nas entradas de espaços com possibilidade de grande aglomeração de pessoas.	José Medeiros (PODE -MT)	Apensado ao PL 9880/2018
PL 4672/2020	Revoga a Lei nº 14.019, de 2 de julho de 2020 para exigir o uso de máscaras de proteção individual em espaços públicos e privados acessíveis ao público apenas das pessoas que apresentarem sintomas da Covid-19. Explicação: Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Caroline de Toni (PSL -SC)	Apensado ao PL 4646/2020
PL 4759/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre o acompanhamento de pessoas com Covid-19 internadas em unidades de terapia intensiva e leitos de internação.	Giovani Cherini (PL -RS)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 4844/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para incluir a implantação de hospitais de campanha entre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e para estabelecer critérios para sua desativação.	Senado Federal - Rose de Freitas (PODEMOS -ES)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 4886/2020	Dispõe sobre o uso facultativo de máscaras de proteção facial no contexto da COVID-19 e dá outras providências.	Giovani Cherini (PL -RS)	Apensado ao PL 4646/2020
PL 4966/2020	Acrescenta o art. 132-A ao Decreto Lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 2020, bem como revoga as alíneas "d" e "e" do inciso III, do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Carla Zambelli (PSL -SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 5040/2020	Dispõe sobre penalidades aplicáveis a quem se recuse a ser vacinado contra o vírus COVID 19.	Aécio Neves (PSDB -MG)	CSAUDE - Aguardando Parecer
PL 5068/2020	Dispõe sobre a implementação de um Programa de Testagem sorológica e molecular da COVID-19, de modo a garantir segurança na redução das medidas de distanciamento social e na defesa da vida, além de assegurar medidas de rastreamento dos casos confirmados e suspeitos da COVID-19, em todo o território nacional.	Alexandre Padilha (PT -SP)	Apensado ao PL 2403/2020
PL 5257/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a remuneração de gestantes durante o afastamento de suas atividades laborais presenciais em razão da pandemia de COVID-19 e o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional em razão desta emergência.	Flávio Nogueira (PDT -PI)	Apensado ao PL 1714/2020
PL 5340/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de	Tabata Amaral	CSAUDE - Aguardando



020	saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019?, para fixar diretrizes que orientem a distribuição de vacinas contra a covid-19 à população.	(PDT -SP)	Designação de Relator
PL 5411/2020	Revoga o inciso III do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	Heitor Freire (PSL -CE)	Apensado ao PL 4506/2020
PL 5412/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, para excluir a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção dentre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	Heitor Freire (PSL -CE)	Apensado ao PL 4650/2020
PL 5418/2020	Determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios forneçam vacina para a Doença pelo Coronavírus 2019 (Covid-19) gratuitamente, para toda a população brasileira.	Léo Moraes (PODE -RO)	Apensado ao PL 5340/2020
PL 5500/2020	Acrescenta artigo à Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo e o fornecimento de equipamentos de proteção individual aos empregados da saúde.	Capitão Alberto Neto (REPUBLIC -AM)	Apensado ao PL 744/2020
PL 5503/2020	Altera a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 – Lei do Coronavírus, para autorizar, excepcional e temporariamente, a importação e a distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde sujeitos à	Carlos Sampaio (PSDB -SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator



	vigilância sanitária sem registro da Anvisa considerados essenciais para auxiliar no combate à pandemia do coronavírus, nas hipóteses em que tenham obtido autorização para uso emergencial junto a pelo menos uma das autoridades sanitárias estrangeiras elencadas em seu art. 3.º		
PL 5514/2020	Institui o auxílio emergencial consecutivo para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, em sequência à Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020.	Fábio Henrique (PDT -SE)	Apensado ao PL 3201/2020
PL 5547/2020	Veda a exigência de quaisquer termos de responsabilidade e outras medidas que visem obstruir ou dificultar o acesso à vacina.	Célio Studart (PV -CE)	CSAUDE - Aguardando Parecer
PL 5643/2020	Responsabiliza pessoalmente os agentes públicos pelas consequências da vacinação obrigatória por Covid-19, e dá outras providências.	Márcio Labre (PSL -RJ)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 24/2021	Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 e estabelece o auxílio emergencial complementar durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) e dá outras providências.	Delegado Pablo (PSL -AM)	Apensado ao PL 3201/2020
PL 28/2021	Institui o auxílio renda emergencial para o enfrentamento da crise de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid- 19).	Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP)	Apensado ao PL 5514/2020
PL 45/2021	Cria o Cadastro Nacional de Vacinação contra a Covid-19.	Maria do Rosário (PT -RS)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 58/2021	Estabelece competência para o Poder Executivo Federal conceder o auxílio emergencial de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, até o dia 30 de junho de 2021, para o brasileiro que se encontra em estado de vulnerabilidade em função da crise sanitária e de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19), reconhecida pela Organização Mundial da Saúde - OMS.	Wilson Santiago (PTB -PB)	Apensado ao PL 5514/2020
PL 72/2021	Altera o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para dispor sobre o pagamento de auxílio emergencial durante o ano de 2021, e dá outras providências.	Léo Moraes (PODE -RO)	Apensado ao PL 24/2021
PL 117/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, para vedar a exigência de assinatura de termo de responsabilidade para acesso a qualquer vacina contra este agente infeccioso.	Cássio Andrade (PSB -PA)	Apensado ao PL 5547/2020
PL 121/2021	Dispõe sobre a prorrogação do auxílio emergencial até 31 de dezembro de 2021.	Boca Aberta (PROS)	Apensado ao PL 24/2021



		-PR)	
PL 130/2021	Prevê a prorrogação do pagamento do auxílio emergencial até 30 de junho de 2021 no valor de R\$600,00 (seiscentos reais), e a partir do mês de julho do corrente ano, o valor de R\$300,00 (trezentos reais) até 30 de dezembro de 2021, em decorrência da pandemia do COVID-19. Explicação: Altera a Lei nº 13.982 de 2020.	Altineu Côrtes (PL -RJ)	Apensado ao PL 24/2021
PL 210/2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade de criação dos leitos hospitalares de Tratamento Intensivo, nos municípios brasileiros com população superiores a 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil habitantes), no combate ao Covid-19 e dá outras providências.	Capitão Alberto Neto (REPUBLIC -AM)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 245/2021	Dispõe sobre a proibição da exportação de seringas para uso em aplicações de vacinas destinadas ao combate à epidemia de Coronavírus no Brasil.	Reginaldo Lopes (PT -MG)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 298/2021	Altera a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 – Lei do Coronavírus, para estabelecer a obrigação de que a União Federal confira publicidade aos dados relacionados à aplicação das vacinas contra o COVID-19 fornecidos pelos estabelecimentos de saúde públicos e privados, como forma de se coibir a atuação dos “fura-filas”.	Samuel Moreira (PSDB -SP)	Apensado ao PL 45/2021



PL 308/2021	Modifica a Lei nº 13.982/2020, para prorrogar o pagamento do auxílio emergencial até dezembro de 2021, em razão da pandemia de COVID-19.	José Ricardo (PT -AM)	Apensado ao PL 24/2021
PL 337/2021	Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para garantir a prorrogação do auxílio emergencial até 31 de dezembro de 2021 ou até cessada a situação de calamidade pública sanitária em razão do coronavírus causador da Covid-19 e prorroga o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, até 31 de dezembro de 2021 ou até cessada a situação de calamidade pública sanitária em razão do coronavírus causador da Covid-19.	Weliton Prado (PROS -MG)	Apensado ao PL 24/2021
PL 357/2021	Estabelece diretrizes para a retomada consciente de atividades esportivas e de eventos durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19.	Professor Alcides (PP -GO)	Apensado ao PL 4504/2020
PL 373/2021	Institui o auxílio emergencial residual, de 600 reais, até 31 de dezembro de 2021.	Zé Silva (SOLIDARI -MG)	Apensado ao PL 5514/2020
PL 378/2021	Altera a Lei nº 13.982/2020, para prorrogar o auxílio emergencial até o final de 2021.	Pedro Uczai (PT -SC)	Apensado ao PL 24/2021
PL 424/2021	Altera a Lei nº 13.982/2020, para prorrogar o Auxílio Emergencial até 31 de dezembro de 2021, fixando seu valor em 1 salário-mínimo mensal nos casos previstos.	João Daniel (PT - SE)	Apensado ao PL 24/2021
PL 425/2021	Institui o auxílio renda emergencial para o enfrentamento da crise de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid- 19).	Carmen Zanotto (CIDADANI A - SC)	Apensado ao PL 28/2021
PL 445/2021	Prorroga o auxílio emergencial residual de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais.	Zé Vitor (PL - MG)	Apensado ao PL 5514/2020
PL 446/2021	Dispõe sobre a prorrogação do auxílio emergencial pelo período de 4 (quatro) meses.	Rejane Dias (PT -PI)	Apensado ao PL 5514/2020
PL 456/2021	Institui auxílio emergencial complementar no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) aos trabalhadores habitantes de estados e municípios onde o Número Reprodutivo Efetivo da Covid-19 esteja acima de 1,0 e o gestor local tenha publicado Ato Administrativo com o objetivo de controlar a transmissão do vírus.	Eduardo Bismarck (PDT - CE)	Apensado ao PL 3201/2020
PL 463/2021	Dispõe sobre o pagamento de auxílio emergencial para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do SARS-COV-2, nos termos da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.	Renildo Calheiros (PCdoB -PE)	Apensado ao PL 425/2021



PL 478/2021	Altera a Lei nº. 13.982, de 2 de abril de 2020, e estabelece o auxílio emergencial durante o período de enfrentamento a calamidade pública, do coronavírus (Covid-19) e suas variantes e dá outras providências.	Silas Câmara (REPUBLIC -AM)	Apensado ao PL 24/2021
PL 567/2021	Acrescenta art. 2o-A à Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para assegurar o auxílio emergencial aos integrantes das unidades móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU e aos profissionais de enfermagem de que trata a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, independentemente de emprego formal ativo, até o término do estado de emergência em saúde pública decorrente da pandemia causada pela covid-19.	Leda Sadala (AVANTE -AP)	Apensado ao PL 2532/2020
PL 594/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para incluir a implantação de hospitais de campanha e definir regras para a destinação dos equipamentos médico-hospitalares após encerramento das atividades	Geninho Zuliani (DEM -SP)	Apensado ao PL 4844/2020
PL 607/2021	Dispõe sobre a implantação da listagem nacional de vacinados contra a COVID-19.	Juninho do Pneu (DEM -RJ)	Apensado ao PL 45/2021
PL 755/2021	Dispõe sobre a proibição da exportação de oxigênio medicinal (O2) e de vacinas destinadas ao combate à epidemia de Coronavírus no Brasil.	Paulo Ramos (PDT -RJ)	Apensado ao PL 245/2021



PL 772/2021	"Dispõe sobre novos parâmetros para abertura centros de treinamento de prática de esportes e atividades físicas durante a pandemia, para reabilitação de pacientes pós-covid-19", e dá outras providências.	Nereu Crispim (PSL -RS)	Apensado ao PL 4504/2020
PL 793/2021	Dispõe sobre a concessão em dobro as mulheres chefes de família ou mães solteiras do auxílio emergencial ou outro programa de transferência de renda do Governo Federal destinado enfrentar a pandemia da COVID-19 e dá outras providências.	Rejane Dias (PT -PI)	Apensado ao PL 5514/2020
PL 796/2021	Dispõe sobre os protocolos e utilização de medicamentos antivirais, antiparasitários e anti-inflamatórios para o tratamento precoce contra a Covid-19 na rede SUS.	Giovani Cherini (PL -RS)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 832/2021	Estabelece o novo Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00 e/ou até R\$ 1.200,00 reais, aproveitando parte da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, esta ajuda financeira será paga conforme regra do Ministério da Cidadania que através desse benefício socorrerá todos os prejudicados pela pandemia Covid-19, enquanto está durar em solo brasileiro.	Pastor Sargento Isidório (AVANTE -BA)	Apensado ao PL 5514/2020
PL 838/2021	Dispõe sobre os contratos de aluguel em todo o território nacional enquanto perdurarem os efeitos da decretação de calamidade pública em virtude do Coronavírus (COVID-19).	Pedro Augusto Bezerra (PTB - CE)	Apensado ao PL 1623/2020
PL 879/2021	Altera a Lei nº 3.268, de 30 de Setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências para incluir a possibilidade excepcional de atuação como médico a profissionais estrangeiros formados em medicina na forma da lei vigente em seu país enquanto perdurarem os efeitos da decretação de calamidade pública em decorrência da pandemia do novo coronavírus.	Aliel Machado (PSB -PR)	Apensado ao PL 1780/2020
PL 881/2021	Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para permitir a reincorporação de profissionais em razão da pandemia da COVID-19; e altera a Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, para incluir permissão excepcional no Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), em razão da pandemia da COVID-19.	Aliel Machado (PSB -PR)	Apensado ao PL 2687/2020
PL 921/2021	Dispõe sobre o pagamento de auxílio funeral aos dependentes de segurado de baixa renda filiados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que tenha falecido em razão de covid-19.	Boca Aberta (PROS -PR)	Apensado ao PL 2164/2020
PL 923/2021	"Dar-se o direito à família de uma CESTA BÁSICA NACIONAL de alimentos e de produtos higiênicos para quem dela necessitar, através do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, criado pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, enquanto perdurar a pandemia do COVID -19. "	Vinicius Farah (MDB -RJ)	Apensado ao PL 1666/2020
PL 984/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a aplicação de multa administrativa a aqueles que promoverem festas ou eventos clandestinos durante período de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus.	Rose Modesto (PSDB -MS)	Apensado ao PL 2542/2020
PL	Autoriza a aquisição de oxigênio hospitalar produzido pela Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen-	Bohn Gass	CSAUDE -



1029/2021	PR) com dispensa de licitação e garante a aquisição de toda sua produção enquanto vigorar o estado de emergência em saúde pública.	(PT - RS)	Aguardando Designação de Relator
PL 1051/2021	Prevê o fornecimento pelo SUS de máscaras de proteção individual do tipo PFF2.	André Janones (AVANTE -MG)	Apensado ao PL 1223/2020
PL 1137/2021	Durante a emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19, os valores dos prêmios de loterias não resgatados pelos ganhadores serão revertidos ao Fundo Nacional de Saúde - FNS.	Aureo Ribeiro (SOLIDARI -RJ)	Apensado ao PL 1396/2020
PL 1184/2021	Autoriza a contratação temporária de médicos formados no exterior e com registro no Conselho Regional de Medicina ou órgão equivalente no país de origem, independentemente de possuírem registro no Brasil, para atuação exclusiva na atenção a pacientes com Covid-19 em municípios brasileiros que façam fronteira com outros países.	Lucio Mosquini (MDB -RO)	Apensado ao PL 1780/2020



PL 1198/2021	Esta Lei autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a adotarem as medidas complementares nela previstas, para a ampliação da mão de obra e dos serviços de saúde empregados no combate à pandemia internacional pelo Covid-19.	Carlos Sampaio (PSDB -SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1199/2021	Dispõe sobre a destinação de valores da contribuição social do Sistema S do comércio (SESC - Decreto-Lei 9.853/46) para aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a COVID-19 e sobre o protocolo de cooperação entre CNC e CNTC.	Luiz Carlos Motta (PL -SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1201/2021	Acrescenta o §8º à lei 13.756/2018 para destinar prêmios lotéricos às ações de vacinação ara enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	Pedro Vilela (PSDB -AL)	Apensado ao PL 1396/2020
PL 1222/2021	Determina a distribuição de máscaras tipo PFF2/N95 para todos os beneficiários do auxílio emergencial, do bolsa família e do benefício de prestação continuada - BPC.	Perpétua Almeida (PCdoB -AC)	Apensado ao PL 1223/2020
PL 1233/2021	Dispõe sobre a notificação obrigatória dos indivíduos imunizados com a vacina contra a COVID-19, e cria o Cadastro de Imunizados contra a covid-19 (CICC), na forma que especifica e dá outras providências.	Paula Belmonte (CIDADANIA - DF)	Apensado ao PL 45/2021
PL 1236/2021	Dispõe sobre incentivo fiscal relativo à aquisição de vacinas por Pessoas jurídicas de direito privado com o fulcro de serem doadas integralmente ao Sistema Único de Saúde (SUS), a fim de serem utilizadas no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI).	Dr. Jaziel (PL - CE)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1241/2021	Autoriza o Poder Executivo Federal criar o programa de apoio de benefícios aos Profissionais de Segurança Pública da ativa que atuam no combate à COVID (PAPSP-COVID), destinado aos profissionais de Segurança Pública que estejam trabalhando nas atividades diretamente ligadas ao enfrentamento da pandemia Covid-19.	Pastor Sargento Isidório (AVANTE -BA)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1250/2021	Dispõe sobre prorrogação de contratos de profissionais que atuam no Programa Mais Médicos e no Programa Médicos pelo Brasil no combate à pandemia da Covid-19. Explicação: Altera a Lei nº 13.979 de 2020.	Dr. Leonardo (SOLIDARI -MT)	Apensado ao PL 2687/2020
PL 1301/2021	Autoriza a contratação excepcional e temporária de médicos formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da Medicina no exterior, no combate à pandemia da COVID-19.	Alan Rick (DEM - AC)	Apensado ao PL 1780/2020
PL 1315/2021	Restabelece a vigência e altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Senado Federal - Rodrigo Pacheco (DEM -MG)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator



PL 1361/2021	Altera a Lei n.º 13.958, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Programa Médicos pelo Brasil, para autorizar a contratação, durante a pandemia de Covid-19, de médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras.	Jorge Solla (PT - BA)	Apensado ao PL 2687/2020
PL 1367/2021	Altera a Lei nº 13.979 de 2020, para proibir a exigência de padronização de máscaras faciais e instituir a obrigatoriedade de fornecimento gratuito pelo órgão que exigir a padronização.	Nicoletti (PSL - RR)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1479/2021	Dispõe sobre a convocação dos profissionais de saúde aposentados, para atuar no combate à pandemia de Covid-19.	Luizão Goulart (REPUBLIC -PR)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1497/2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade da criação de padronização para emissão de boletim médico acerca do estado de saúde e das condições de tratamento do paciente internado que estiver sob os seus cuidados e dá outras providências.	Dr. Jaziel (PL - CE)	Apensado ao PL 1881/2020
PL 1509/2021	Permite a extinção de tributos federais mediante a dação em pagamento de instalações e equipamentos destinados ao combate à COVID-19	Joice Hasselmann (PSL -SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator



PL 1525/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para considerar como essenciais as atividades dos Centros de Formação de Condutores.	Abou Anni (PSL - SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 1556/2021	Dispõe sobre proibição de interrupção da prestação de serviços públicos de natureza continuada enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19.	Pedro Augusto Bezerra (PTB - CE)	Apensado ao PL 695/2020
PL 1567/2021	Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa VIDA BRASIL NA PANDEMIA - Programa de Mobilização e Defesa da Vida no Brasil durante o período de enfrentamento da pandemia da Covid-19 dá outras providências. O programa consiste em possibilitar aos contribuintes o pagamento de tributos federais, vencidos ou vincendos, inscritos ou não em dívida ativa, e seus acréscimos legais, quando for o caso, por meio de dação em pagamento, cuja oferta de bens imóveis seja nas condições estabelecidas nesta lei.	Rosângela Gomes (REPUBLIC -RJ)	Apensado ao PL 1509/2021
PL 1651/2021	Assegura aos beneficiários dos Programas Bolsa Família e Auxílio Emergencial 2021 período de carência de seis meses para pagamento das faturas de energia elétrica e dá outras providências.	Benedita da Silva (PT -RJ)	Apensado ao PL 729/2020
PL 1698/2021	Dispõe sobre medidas excepcionais a serem adotadas durante a emergência em saúde pública decorrente da pandemia da covid-19 objetivando a contratação temporária de médicos formados no exterior que tenham exercido medicina no Brasil conforme a Lei Federal 12.871, de 22 de outubro de 2013.	Perpétua Almeida (PCdoB -AC)	Apensado ao PL 2071/2020
PL 1703/2021	Dispõe sobre as locações de imóveis e os procedimentos a elas pertinentes e cria o auxílio-aluguel emergencial para famílias em situação de vulnerabilidade social.	Talíria Petrone (PSOL -RJ)	Apensado ao PL 1623/2020
PL 1742/2021	Autoriza o Poder Executivo a criar o programa de benefícios - Programa Apoio aos Profissionais de Segurança Pública.	Delegado Waldir (PSL -GO)	Apensado ao PL 1241/2021
PL 1754/2021	Reconhece como essenciais as atividades industrial, de construção civil, salões de beleza e barbearias, e academias de esporte, na forma que especifica.	Luis Miranda (DEM -DF)	Apensado ao PL 1094/2020
PL 1778/2021	Dispõe sobre o financiamento federal para leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico, para o atendimento exclusivo de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave SRAG/Covid-19 enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.	Carmen Zanotto (CIDADANIA - SC)	Apensado ao PL 210/2021
PL 1784/2021	Dispõe sobre o fornecimento de máscaras PFF2/P2 ou N95 pelo Sistema Único de Saúde durante período da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin).	Geninho Zuliani (DEM -SP)	Apensado ao PL 1051/2021
PL 1828/2021	Altera a Lei n. 14.124, de 10 março de 2021, para incluir os profissionais e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no grupo prioritário para vacinação contra a COVID-19.	Afonso Florence	Apensado ao PL



021		(PT -BA)	5340/2020
PL 1835/2021	"Autoriza as empresas do ramo de entretenimento e eventos, seja diurno ou noturno, a funcionar a partir da publicação desta Lei da forma que especifica"	Alexandre Frota (PSDB -SP)	Apensado ao PL 357/2021
PL 1936/2021	Esta lei estabelece condições para contratação excepcional e temporária de Médicos Brasileiros Formados no exterior, que não tenham realizado o exame de revalidação e/ou não tenham tido aprovado o diploma de graduação obtido no exterior no Exame Nacional de Revalidação de Diplomas (Revalida), para atuar no Programa Mais Médicos pelo Brasil, enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública decorrente da Pandemia da Covid-19.	Gonzaga Patriota (PSB -PE)	Apensado ao PL 1698/2021
PL 1977/2021	Altera a Lei nº 10.880 de 09 de junho de 2004 que dispõe sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, autorizando o uso de veículos do transporte escolar, dos respectivos Estados, Distrito Federal e Municípios, no transporte de passageiros, durante o período de enfrentamento da emergência da saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2).	Newton Cardoso Jr (MDB -MG)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator



PL 2047/2021	Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que trata do auxílio emergencial	Natália Bonavides (PT - RN)	Apensado ao PL 3053/2020
PL 2049/2021	Altera a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado para incluir a realização, em casos definidos em regulamento, de teste de anticorpos neutralizantes de Covid-19 tanto no âmbito da Saúde Suplementar, como no Sistema Único de Saúde (SUS).	Edilázio Júnior (PSD -MA)	CSAUDE - Aguardando Parecer
PL 2151/2021	Determina o uso das medidas de prevenção a disseminação do Coronavírus e dá outras providências.	Alexandre Frota (PSDB -SP)	Apensado ao PL 5411/2020
PL 2173/2021	Estabelece o prazo de 10 (dez) dias úteis para a conclusão da análise, e resposta sobre questionamentos de negativa e fraude da solicitação do auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, a contar da data de cadastramento pelo beneficiário e prorroga o benefício até 31 de dezembro de 2021.	Léo Moraes (PODE -RO)	Apensado ao PL 2220/2020
PL 2211/2021	Autoriza o Poder Executivo Federal conceder o auxílio emergencial no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) mensais, a partir do dia 1º de agosto até 31 de dezembro de 2021, para o brasileiro que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e social em função da crise sanitária e de saúde pública provocada pela pandemia do coronavírus (Covid-19).	Wilson Santiago (PTB -PB)	Apensado ao PL 24/2021
PL 2266/2021	Concede isenção fiscal temporária, até 31 de dezembro de 2021, do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), sobre os resgates parciais ou totais de valores acumulados em planos de benefícios de caráter previdenciário das entidades de previdência complementar e das sociedades seguradoras, para mitigar os efeitos econômicos da pandemia do Covid-19.	Dra. Soraya Manato (PSL - ES)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2409/2021	Dispõe sobre a reconstrução, renovação ou prorrogação por um ano, dos contratos dos médicos intercambistas do Programa Mais Médicos.	Jorge Solla (PT - BA)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2415/2021	Determina que aqueles que se recusarem a se vacinar por preferirem outro imunizante sejam colocados no final da fila de vacinação.	Célio Studart (PV -CE)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2511/2021	Dispõe sobre ações destinadas a garantir segurança alimentar aos moradores de rua durante o período de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da infecção humana pelo coronavírus responsável pelo surto de 2019.	Francisco Jr. (PSD -GO)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2692/2021	Altera a redação do art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para suspender a obrigatoriedade de contratação de aprendizes, enquanto perdurar a situação de pandemia de Doença por Coronavírus - Covid-19 (decorrente do SARS-	Nereu Crispim (PSL -RS)	CSAUDE - Aguardando Designação de



	CoV- 2, novo Coronavi ´rus) no Brasil, e emergências de saúde pública ou calamidades semelhantes de importância nacional ou internacional.		Relator
PL 2735/2021	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir o Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) aos pacientes que contraíram a forma grave do vírus Sars-CoV-2 (Covid-19).	Geninho Zuliani (DEM -SP)	Apensado ao PL 902/2020
PL 2765/2021	Altera o art. 13 da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para impor sanções ao cidadão que recusar imunização contra a Covid-19.	Gonzaga Patriota (PSB -PE)	Apensado ao PL 5040/2020
PL 2895/2021	Autoriza os Municípios a aplicar a terceira dose da vacina contra a Covid-19.	Silvio Costa Filho (REPUBLIC -PE)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 2985/2021	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, para estabelecer norma para utilização da sobra da vacina contra a Covid-19.	Carla Dickson (PROS -RN)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator



PL 3030/2021	Prevê a obrigação de uso de máscaras em eventos culturais, esportivos ou musicais de qualquer espécie, abertos ao público.	Chiquinho Brazão (AVANTE -RJ)	Apensado ao PL 4886/2020
PL 3400/2021	Estabelece a inclusão de lavabos públicos para a limpeza e higienização das mãos em ambientes de grande movimentação, no âmbito Federal e dispõe de outras providências.	José Nelto (PODE -GO)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 3468/2021	Estabelece medidas para a ampliação de procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde.	Gleisi Hoffmann (PT -PR)	CSAUDE - Aguardando Parecer
PL 3505/2021	Veda a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inadimplemento até setembro de 2022.	Marília Arraes (PT -PE)	Apensado ao PL 1619/2020
PL 3672/2021	Altera a ementa e os Arts. 01º e 02º da Lei nº 1.075 de 27 de março de 1950, o Inciso IV do Art. 473º do Decreto Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943, o Art. 01º da Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 e o art. 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.	Chico D'Angelo (PDT -RJ)	Apensado ao PL 3886/2020
PL 3780/2021	Torna facultativo o uso de máscara facial em locais abertos, em decorrência da pandemia do COVID-19.	Bibo Nunes (PSL -RS)	Apensado ao PL 4646/2020
PL 4026/2021	Prorroga até 31/12/2022 a possibilidade de colação de grau antecipada para os cursos da área de saúde, mencionados no §2º da Lei 14.040, de 2020: medicina, farmácia, enfermagem, fisioterapia e odontologia.	Sebastião Oliveira (AVANTE -PE)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 4225/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a flexibilização do uso de máscara de proteção individual na vigência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Covid-19.	Jerônimo Goergen (PP -RS)	Apensado ao PL 4646/2020
PL 4351/2021	Estabelece critérios mínimos para suspender a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção durante a pandemia de COVID-19.	Rogério Correia (PT -MG)	Apensado ao PL 4646/2020
PL 4367/2021	Prorroga o prazo estabelecido pela Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021, para que o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento seja concedido até 31 de dezembro de 2022.	Ricardo Silva (PSB -SP)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 4369/2021	Torna facultativa a vacinação contra o Sars-Cov-2 para crianças e adolescentes (acompanhados dos tutores legais), nos termos da legislação.	Daniel Silveira (PSL -RJ)	Apensado ao PL 3026/2021



PL 4374/2021	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para desobrigar o uso de máscaras faciais por crianças com menos de doze anos de idade.	Jerônimo Goergen (PP - RS)	Apensado ao PL 4647/2020
PL 4396/2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras oferecerem máscaras e álcool em gel para as pessoas que ingressarem em interior de agência bancária, durante a pandemia da Covid-19.	José Nelto (PODE -GO)	Apensado ao PL 2173/2020
PL 4425/2021	Altera o inciso VII do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus responsável pelo surto de 2019.	Carlos Bezerra (MDB -MT)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 4547/2021	Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento de empregadas gestantes que não possam exercer atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho à distância.	Lafayette de Andrada (REPUBLI C - MG)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator



PL 290/2022	Altera o § 2º do art. 1º da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, para dispor sobre a validade das normas educacionais a serem adotadas, em caráter excepcional, enquanto perdurarem a crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19 e suas consequências.	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM - TO)	Apensado ao PL 4026/2021
PL 303/2022	Estabelece normas educacionais excepcionais, relativas a instituições de educação superior e técnica de nível médio, adotadas devido à Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2).	Lucas Gonzalez (NOVO -MG)	Apensado ao PL 2115/2020
PL 481/2022	Altera a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020, para reconhecer a validade dos pedidos de exames diagnósticos complementares emitidos em meio eletrônico ou digitalizados.	Rejane Dias (PT -PI)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PL 536/2022	Dispensa a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual em decorrência da pandemia de Covid-19. Explicação: Altera a Lei nº 13.979 de 2020. Revoga a Lei nº 14.019 de 2020.	Caroline de Toni (UNIÃO -SC)	Apensado ao PL 3780/2021
PLP 84/2020	Institui o Regime de Emergência Fiscal para o Combate ao covid-19 (REF-covid-19) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em decorrência do estado de emergência internacional pelo estado de calamidade pública nos termos do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	Enio Verri (PT - PR)	Apensado ao PLP 55/2020
PLP 154/2020	Altera a lei complementar nº 101/2000 que "Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências" para acrescentar o §4º ao art. 25 para assegurar que os instrumentos de repasses tenham seus prazos de vigência dilatados enquanto a emergência de que trata a lei 13.959/2020 como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, assegurada a execução dos seus objetos em exercícios distintos do que originalmente convencionado.	JHC (PSB -AL)	CSAUDE - Aguardando Designação de Relator
PLP 156/2020	Permite o parcelamento de tributos devidos na forma do Simples Nacional relativos aos meses de março a maio de 2020 em até 24 meses, sem incidência de multa de mora.	Eduardo Costa (PTB -PA)	Apensado ao PLP 84/2020

